

# RUP TURA

NOVA ÉPOCA

Jornal do Movimento Alternativa Socialista



## PRECISAMOS DE

**AUMENTO DO SMN PARA 1000€**

**INVESTIMENTO DE €2 MIL MILHÕES EM TODOS OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE**

**100€ DE AUMENTO NOS SALÁRIOS E PENSÕES**



# TRAVAR O AUMENTO DOS PREÇOS



## ESTE PAÍS NÃO É PARA GRÁVIDAS

Opinião Renata Cambra

### Injustiça

**Precisamos do aumento dos salários e da fixação dos preços**

Para os senhores dos mercados, representados pela direita, extrema-direita e liberais, os lucros estão acima das nossas vidas, pelo que os serviços públicos têm de ser transformados num negócio. CENTRAIS 6 E 7

### Call-centers

**Sindicalismo combativo e democrático conquista aumento de salários**

Recentemente, o Sindicato de Trabalhadores de Call Center (STCC) ajudou a mobilizar os trabalhadores que acorreram aos plenários de forma massiva e que culminou na preparação de uma greve. LABORAL 8

# Sem comentário



**RENATA CAMBRA**  
Porta-voz do MAS

Marta Temido demitiu-se do cargo de Ministra da Saúde, após meses de caos nas urgências e maternidades, alimentados por uma política persistente de desinvestimento e degradação do SNS. Mais precisamente, estamos a falar de nove meses consecutivos em que morreram mais de 10 mil pessoas em Portugal. Em maio e junho deste ano, Portugal registou o maior excesso de mortalidade da União Europeia (UE), com quase o quádruplo da média, e, em julho, o país estava apenas atrás do Estado Espanhol. Só nos primeiros seis meses de 2022, 119 bebés com menos de um ano morreram em Portugal, resultando na taxa de mortalidade infantil mais alta desde 2018.

A estes dados juntam-se os dados de 2020 – últimos disponíveis – relativos à taxa de mortalidade materna que atingiu os 20,1 óbitos por 100 mil nascimentos, o nível mais alto dos últimos 38 anos. O diretor do departamento de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital de Santa Maria, Diogo Ayres-de-Campos,

## Este país não é para grávidas

aponta que as causas poderão estar relacionadas com a “degradação dos cuidados obstétricos, o aumento da idade da gravidez e de grávidas com patologia”. Os encerramentos de urgências de ginecologia e obstetrícia em vários pontos do país, por exemplo, significaram um aumento do risco em situações de saúde agudas. O menor acesso a cuidados médicos durante e após a pandemia, a descapitalização dos serviços públicos, assim como o aumento das dificuldades económicas provenientes dos baixos salários também não podem ser ignorados.

Como consequência destes níveis de mortalidade, temos em 2022, pela primeira vez, um recuo na esperança média de vida, em Portugal. As medidas tomadas pelo Governo apenas servem para criar a ilusão de que alguma coisa está a ser feita, mantendo tudo na mesma, pelo que mera substituição da ministra não resolverá as graves insuficiências do nosso sistema de saúde. A crise no SNS não é conjuntural, pelo que a solução nunca o poderá ser. No entanto, o PS continuará o caminho de sempre: o de desinvestir no SNS, deixando-o a definhado, para que os grandes grupos privados da saúde possam ocupar esse espaço. Para

os senhores dos mercados, os lucros estão acima das nossas vidas e os serviços públicos têm de ser transformados num negócio.

A crise do SNS é nada mais do que uma manifestação deste plano. A destruição é de tal ordem que chegámos ao ponto em que o nosso SNS não consegue garantir os escassos 200 nascimentos, por dia, que se registam em Portugal. As piores consequências de um SNS em rutura, como o excesso de mortalidade, o aumento da mortalidade materna, a falta de médicos de família, a falta de cuidados de saúde primários, as urgências fechadas ou a exaustão dos profissionais de saúde recaem sobretudo sobre os mais pobres e as pessoas com mais vulnerabilidades.

Precisamos de uma alternativa à cultura de terceirização e favorecimento dos privados. É necessário um forte investimento no SNS, com valorização das carreiras para fixar profissionais, reorganizar e internalizar meios complementares de diagnóstico e terapêutica, atualmente contratados a estruturas privadas, e revitalizar os cuidados de saúde primários, para que funcionem como a principal frente de acesso a um sistema de saúde verdadeiramente público, universal e gratuito.

## O QUE NOS MOVE?

Afirmamo-nos como uma esquerda combativa, independente dos interesses das classes dominantes e partidos que os representam, onde se inclui o PS e toda a direita e extrema-direita. Lutamos para que os interesses do conjunto da juventude, dos trabalhadores e trabalhadoras e de todos os sectores explorados e oprimidos sejam os nossos próprios interesses.

### SAÚDE

- Investimento público efectivo no nosso SNS
- Contratação, plano de carreira e aumento salarial para os profissionais de saúde;
- Mais vagas para os médicos que fazem a prova de especialidade;

### AMBIENTE

- Investimento e investigação no combate às alterações climáticas
- Transição energética para empregar, não para despedir;
- Fim das falsas soluções verdes, como a exploração de lítio;
- Fim das culturas agrícolas intensivas e da monocultura, como a do eucalipto;
- Nacionalização da indústria energética (EDP, REN, Galp)

### INTERNACIONALISMO

- Não à guerra e fim das ocupações por parte das potências mundiais;
- Fim das armas nucleares;
- Em oposição à UE dos senhores dos mercados, propomos uma Europa solidária entre os povos, sem muros nem austeridade;

### JUVENTUDE E TRABALHADORES

- Aumento imediato do salário mínimo nacional para os €1000;
- Aumento geral dos salários e pensões;
- Tabelamento dos preços dos combustíveis e bens essenciais;
- Semana de trabalho de 4 dias;
- Combate à precariedade: Fim das Empresas de Trabalho Temporário;

### HABITAÇÃO

- Fim da especulação imobiliária;
- Investimento público num plano nacional de habitação social de qualidade e a preços acessíveis;
- Arrendamento público acessível para estudantes e jovens;
- Tabelamento das rendas em 30% do rendimento;

### E MUITO MAIS

**JUNTA-TE AO  
MAS**

SABE MAIS EM MAS.ORG.PT

ORGÃO OFICIAL DO

**MAS**

Movimento Alternativa Socialista

**Webiste**  
mas.org.pt

**Facebook e Instagram**  
@movimentoAlternativaSocialista

**Lisboa**  
Rua António Pereira Carrilho, nº5 2º

**Coimbra**  
Rua Fernandes Tomaz, nº69

**Braga**  
Alameda do Gujacal, lj. 39

**Barcelos**  
Rua Silva Vieira, nº33

**JORNAL RUPTURA**

**Proprietário:** Gil Garcia

**Diretor:** Flávio Ferreira

**Editor Gráfico:** Bruno Cancelinha

**Contacto:** jornal@mas.org.pt

**ICS:** 124814

**Tiragem:** 300

**Impressão:** Tipografia Lobão,  
Rua Quinta do Gato Bravo, 5, Feijó  
2810-069 ALMADA

# FARTOS DE MIGALHAS

## o pacote “anti-inflação” não serve para travar o aumento dos preços

### EDITORIAL



António Costa e Pedro Nuno Santos

O custo de vida aumentou de forma tão drástica que qualquer remendo, por mínimo que seja, pode parecer um grande benefício. Os últimos 7 anos de Governo Costa servem bem para nos mostrar a arte de iludir quem vive do seu salário, sempre em benefício das grandes empresas, fundos de investimento imobiliário ou da banca. Veja-se como está o nosso SNS público, ou os preços da habitação, ou o contraste entre a estagnação salarial e o crescimento exponencial dos lucros especulativos ou ainda a gigantesca carga fiscal sobre o consumo e o trabalho.

O actual pacote de combate à inflação segue, com precisão, o caminho de iludir quem trabalha em benefício da acumulação dos accionistas.

Para começar, este pacote chega tarde, com uma inflação anual que já alcança os 9%, em Agosto, não sendo um mero fenómeno passageiro, como afirmava Costa no início do ano. Este nível de inflação equivale já a uma perda real no salário médio de 4,6%, num período de apenas 8 meses.

Em segundo lugar, tenhamos em conta que nenhuma das medidas anunciadas serve para controlar os preços ou aumentar os salários, mas sim para manter a desbragada acumulação lucrativa das grandes empresas:

**1.** A entrega de uma prestação única de €125, por pessoa, em Outubro, para quem tenha um rendi-

mento bruto mensal até 2.700€, para além de nos ser paga com o nosso próprio dinheiro, recolhido através dos impostos, não chega a um aumento de €9 mensais (incluindo 13º e 14º mês). Os salários mantêm-se, portanto, sob controlo, mas os preços e os lucros não sofrem qualquer limitação;

**2.** O mesmo cálculo e conclusões podem ser aplicados à entrega da prestação única de €50, por criança ou jovem até aos 24 anos;

**3.** A descida do IVA da electricidade, de 13% para 6%, abrangendo apenas os primeiros 100 kilowatt hora (kWh), de consumo mensal, até Dezembro 2023, para além de temporária, será insignificante. Segundo a ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, um perfil de consumo reduzido, típico de um casal sem filhos, apresenta um consumo mensal de 158 kWh. Esta descida do IVA, à semelhança da compensação nos impostos dos combustíveis, de pouco ou nada servirá para controlar os aumentos de preços previstos. Enquanto isso,

a EDP apresenta lucros de €306 milhões, no primeiro semestre deste ano;

**4.** Quanto ao gás natural, está aberta a possibilidade de regresso às tarifas reguladas para as famílias, mas o IVA manter-se-á nos 23%. Também esta medida não servirá para controlar preços, nem lucros. Tanto assim é que estão previstos aumentos históricos, superiores a 100%, nos preços do gás natural, já em Outubro. Mesmo o “travão” aplicado pelo Governo ao mercado ibérico do gás natural será pago, por todos nós, nos próximos meses;

**5.** As medidas sobre os impostos dos combustíveis serão alargadas até ao final do ano, medidas estas que já se mostraram inconsequentes quanto ao controlo de preços. Enquanto isso, a Galp, por exemplo, apresenta um lucro de €420 milhões, no 1º semestre deste ano, bem mais do dobro dos lucros face ao mesmo período de 2021;

**6.** A limitação do aumento das rendas da habitação a 2%, será compensado pelo Estado, entregando a

diferença aos senhorios face ao que receberiam com atualizações de 5,43%, previstas na lei. Esta compensação será paga com o dinheiro dos nossos impostos, pelo que pagamos na mesma. Não existe, da parte de António Costa, qualquer intenção de tabelar rendas, limitar os preços da habitação ou travar a especulação imobiliária.

**7.** O congelamento dos preços dos transportes públicos em 2023 será compensado pelo Estado com transferências para as empresas de transportes, pelo que, também aqui, pagamos na mesma;

**8.** Sobre os pensionistas, Costa resolve recuar no aumento a que estava legalmente obrigado e colocar no seu lugar um pagamento único extraordinário de 50% da pensão, em Outubro, e um aumento em torno dos 4% a partir do próximo ano, quando deveria ser de 7% a 8%. Desta forma, o valor base das reformas só subirá cerca de metade do que subiria caso a lei original que define o aumento anual das pensões fosse aplicada, comprometendo o

justo e legalmente previsto aumento das pensões nos anos futuros.

Costa exerce, assim, a política da direita, de protecção dos lucros e destruição de salários e pensões, enquanto nos ilude com migalhas, amenizando o descontentamento popular. Não deixa de ser curioso que quanto mais Costa adopta esta política, mais audíveis são as injúrias, vindas da direita, de “socialistas”. O PS agradece, pois não precisa de qualquer política “socialista” para retirar proveito da fama.

À esquerda, fica difícil entender a crítica vinda de PCP e BE, uma vez que apoiaram tal política e tal Governo PS durante 6 anos. Estamos fartos de migalhas. É urgente renovar a esquerda e voltar às ruas em torno de uma mobilização nacional pelo aumento imediato de €100 nos salários e pensões; pelo aumento do salário mínimo para €1.000; pelo investimento de €2 mil milhões em todos os profissionais de saúde; pela fixação dos preços dos bens essenciais e dos combustíveis.

# Cortar no SNS público não traz saúde



**ANDRÉ TRAÇA**

Médico no Centro Hospitalar de Lisboa Central

No final de Agosto, uma grávida morreu depois de ter sido transferida do Hospital de Santa Maria para o Hospital de São Francisco Xavier, por falta de vagas de neonatologia. Mais uma trágica consequência da descapitalização do nosso SNS.

Os últimos meses têm sido marcados pelas notícias de várias situações de rutura no SNS. Seja o encerramento intempestivo de urgências de ginecologia e obstetrícia, seja a incapacidade de preencher as escalas ou a assinatura de documentos de escusa de responsabilidade por parte de médicos e enfermeiros, relativamente aos riscos presentes no seu local de trabalho, decorrentes da falta de recursos técnicos e humanos.

Uma das raízes fundamentais deste fenómeno é a política orçamental para a Saúde, dos últimos 10 anos, iniciada pelos governos da direita, sob a égide da Troika, e não revertida pelos Governos PS, com ou sem Geringonça. Foram precisos 10 anos e uma pandemia para que, em 2020, a fração do Orçamento do Estado (OE) dedicada à Saúde se aproximasse dos níveis de 2010.

O problema estrutural da descapitalização da Saúde e da generali-

dade dos serviços públicos passou a assumir a forma de cativações, impostas pelos sucessivos Ministros das Finanças de António Costa. Se olharmos apenas para as verbas orçamentadas nos últimos anos, seria de esperar que estivéssemos a gastar mais em Saúde do que na realidade acontece. Como se explica esta discrepância? Até 2020, último ano em que é possível consultar dados, o orçamento para a Saúde, à semelhança de outras pastas, compreendeu sempre uma parte cuja execução ficou dependente de autorização especial do Ministério das Finanças. Na rubrica do investimento, por exemplo, só se gastou 49% do orçamentado, em 2019, e 61%, em 2020.

Portugal é ainda dos países da OCDE em que a despesa feita pelo Estado, em Saúde, é das que menos pesa no total da despesa em Saúde, a nível nacional. Em 2021, o Estado português foi responsável por apenas 64% da despesa total em Saúde, enquanto no Estado Espanhol ou na

Polónia este valor ascendeu a cerca de 73%. Em 2021, em Portugal, os restantes 36% da despesa total em Saúde, uma das proporções mais elevadas da OCDE, foram suportados pelos utentes, de forma avulsa (out-of-pocket) ou através de gastos com seguros de saúde, representando uma sobrecarga importante nas finanças pessoais e familiares dos trabalhadores que já vêm uma parte importante dos seus rendimentos retidos em impostos diretos e indiretos.

O grande beneficiário da política pública de descapitalização do SNS é o setor privado, com um crescimento em termos de capacidade (e inevitavelmente de faturação) em espelho invertido à degradação do SNS. Ou seja, a degradação do SNS tem uma correspondência direta com o florescimento do negócio dos grandes grupos de saúde privados. Basta referir que, de acordo com os dados de 2020, 41% da despesa pública com Saúde, presente no OE,

foi destinada à contratação de serviços privados, PPPs, fármacos ou, indiretamente, para as seguradoras.

Bem sabemos que, para muitos



*A degradação do SNS tem uma correspondência direta com o florescimento do negócio dos grandes grupos de saúde privados*

utentes, o que interessa ao fim do dia, é a resolução das suas carências, independentemente de o serviço ser público ou privado. A direita e o PS alçam-se nesta compreensão, juntam-lhe a falta de resposta adequada do SNS público - resultado da sua

própria política de descapitalização da Saúde - e empurram-nos para a conclusão de que a privatização da Saúde é o caminho a seguir.

No entanto, a importância de um SNS público vai muito além da resolução das carências imediatas de cada utente. Apenas um SNS público consegue assegurar o direito básico, de cada um e de todos nós, de termos acesso a serviços de saúde dignos, independentemente da condição social de cada utente. Os EUA são um bom exemplo da ausência do direito básico de acesso a serviços de saúde dignos, precisamente pela inexistência de um SNS público. Em defesa do SNS público, dotado de recursos próprios em quantidade e qualidade suficiente, e, com profissionais devidamente recompensados pelo seu esforço de todos os dias em fazer por mais e melhor Saúde.

Junta-te ao MAS!

# INCÊNDIOS

## Precisamos de uma política de valorização territorial

Os 12 dias de incêndio na Serra da Estrela destruíram cerca de 30% do Parque Natural. Ardeu agora o que não tinha ardido nos grandes fogos de 2017 e de 2005.

José Luís Carneiro, ministro da Administração Interna, sacudi responsabilidades, referindo que a secura do solo, conjugada com a elevada carga de combustível, tempo quente, vento forte e uma orografia montanhosa tornou este um “incêndio complexo”.

Se estes elementos são todos eles verdadeiros, não deixa de ser menos verdade que o Governo, naquilo que está ao seu alcance, pouco ou nada tem feito para os minimizar.

**“Elevada carga de combustível nas florestas, vento forte e orografia montanhosa”, o que fazer?**

Sobre estes aspectos, há que prevenir. A prevenção exige uma política pública que invista em meios técnicos e humanos de gestão e manutenção da floresta, assim como de coordenação entre as várias entidades, algo que o Governo Costa não tem demonstrado interesse em despender recursos. O Estado é cada vez mais anémico e as vítimas desta destruição do Estado Social é o meio ambiente e todos nós.

No entanto, o mero reforço de meios de prevenção não basta. A

melhor prevenção está numa política pública de dinamização das áreas rurais e combate à sua desertificação. Isso faz-se através da reversão do desmantelamento da ferrovia, da reabertura de unidades de saúde, escolas, CTT e todo um conjunto de serviços básicos, entretanto destruídos ou privatizados. Como quer o Governo PS uma população envelhecida e em vias de extinção a limpar o mato?

Com um território agrícola e florestal composto, em boa parte, pela pequena propriedade privada, é urgente uma política pública de incentivo aos pequenos produtores, desenvolvendo as economias locais, fomentando a gestão e manutenção de terrenos por parte dos pequenos proprietários, contribuindo ainda para a nossa soberania alimentar e energética. Aqui pode incluir-se o apoio financeiro à produção agrícola e pecuária local, à recolha de biomassa florestal ou à plantação de espécies autóctones que substituam as espécies exóticas como os eucaliptos. Estes são exemplos daquilo que pode e deve ser feito ao invés da mera aplicação de multas ou da canalização de dezenas de milhões de euros para grandes grupos empresariais do sector do turismo.

Tais incentivos a pequenos produtores não podem ser feitos avulso. Têm de ser enquadrados por uma

política pública nacional, de investimento no ordenamento, gestão e valorização dos recursos e do território, assim como de investimento público na investigação e desenvolvimento tecnológico, ligado à agricultura, florestas e sector pecuário, através das universidades públicas, por forma a valorizar a actividade e captar novas gerações para a sua continuidade.

**“Solos secos, tempo quente”, o que fazer?**

A precipitação em Portugal diminuiu cerca de 15% e a disponibilidade de água reduziu-se em cerca de 20%, nas últimas duas décadas, e prevê-se que chova menos 10% a 25% até ao final do século. Esta é uma consequência directa das alterações climáticas, com ondas de calor extremas, cinco vezes mais prováveis agora do que há 150 anos, cujo combate por parte das grandes potências europeias, nomeadamente, através de uma verdadeira e socialmente justa transição energética, está muito aquém do necessário. A UE e os seus governos nacionais, onde se inclui o português, demonstram-se completa e catastroficamente permeáveis aos interesses das grandes petrolíferas e indústria automóvel, impossibilitando uma verdadeira e justa transição energética.

Para além da urgente transição

energética, a secura dos solos pode e deve ser mitigada pelo Governo Costa – e já vem tarde – através de uma política pública de gestão da água. Já se fala que teremos de “fechar a torneira”, mas o problema está longe de se resumir ao consumo individual doméstico. Não se compreende como é que as redes municipais de água percam cerca de 40% da água.

É da natureza do sistema económico capitalista em que vivemos que o lucro se sobreponha a qualquer consideração ambiental ou ao bem-estar das populações. O Governo Costa é apenas o seu actual gestor, em Portugal, sempre comprometido com os lucros das celulosas, indústria petrolífera e automóvel. A direita tradicional e a extrema-direita só pretendem aprofundar ainda mais as políticas neoliberais contra o interesse comum e a favor dos grandes grupos económicos. Por sua vez, o conjunto de problemas enunciado, exige uma oposição audível e enérgica à esquerda, algo que BE e PCP, fruto dos últimos anos de apoio ao PS, parecem estar incapacitados de fazer. É preciso um plano nacional de lutas pelo aumento dos salários, tabelamento dos preços e políticas públicas de combate à crise ambiental. É preciso renovar a esquerda. O MAS está disponível para ajudar a fazê-lo.

### NÚMEROS

**75 mil**

A 16 de agosto, já tinha ardido 75 277 hectares, mais que todo o ano de 2021.

**26%**

Os eucaliptos ocupam 26% da área florestal de Portugal, perto de 845 mil hectares.

**35%**

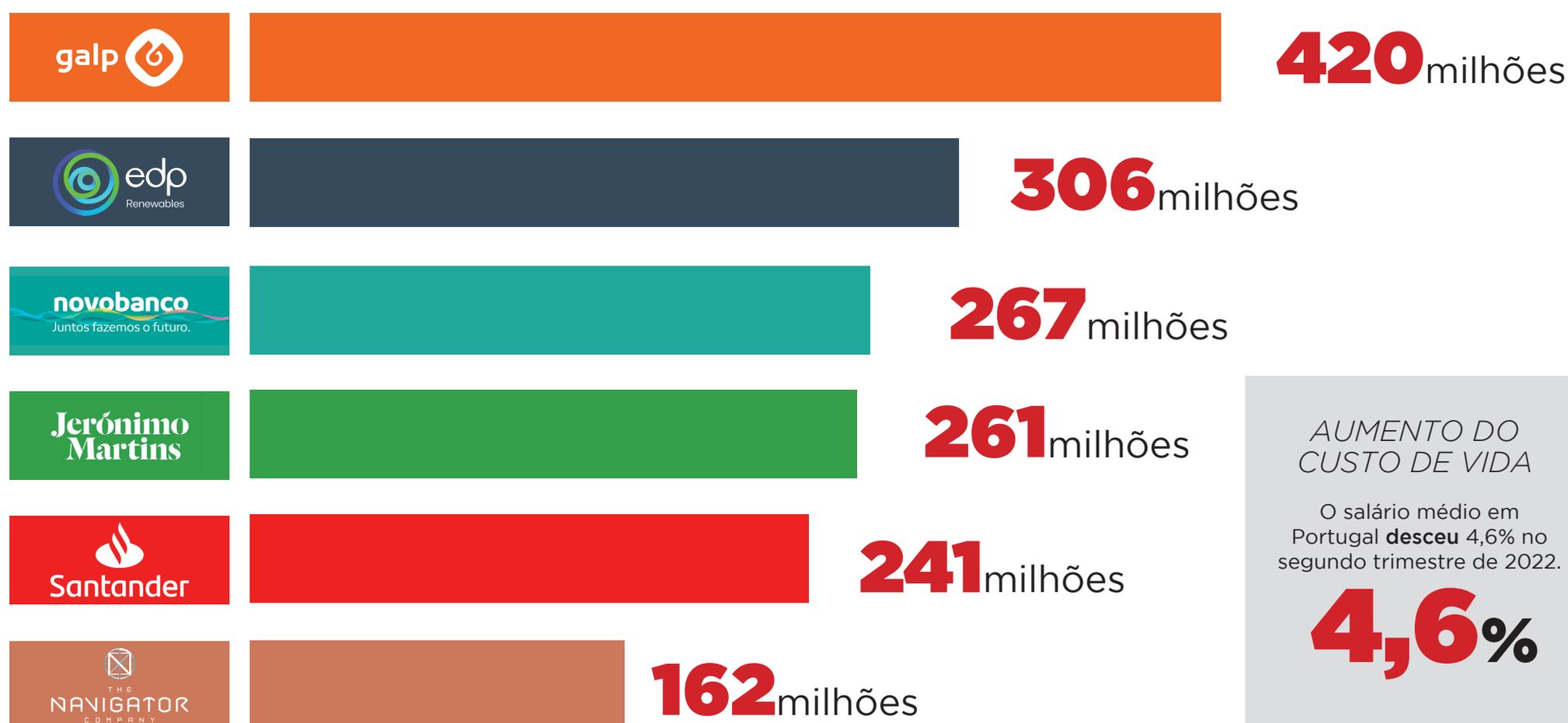
Em 2021, 35,3% da área ardida em Portugal era ocupada por eucaliptais.

**40%**

Estima-se que estão a ser perdidos 40% da água, nas redes municipais.

# O LIBERALISMO DEIXOU-NOS ASSIM

LUCROS EXTRAORDINÁRIOS NAS EMPRESAS  
(1º semestre 2022)



AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

O salário médio em Portugal **desceu** 4,6% no segundo trimestre de 2022.

**4,6%**

A inflação atingiu em junho 9,1%

**9,1%**

## Precisamos do aumento dos salários e da fixação dos preços

FLÁVIO FERREIRA

Movimento Alternativa Socialista

**N**a última década, os nossos salários caíram, com especial incidência entre os trabalhadores mais qualificados. Voltam agora a cair repentinamente com a inflação galopante que, em Portugal, já atingiu 9,1%, em Julho. Um dos níveis salariais mais baixos da UE junta-se, assim, à precaridade crescente, pelo que Portugal regista números recorde de trabalhadores que acumulam mais do que um tra-

balho. Por contrapartida, os lucros dos grandes grupos económicos, petrolíferas e bancos não param de crescer.

Com o aumento da exploração da força de trabalho, aumenta o seu desgaste, a qual tem crescentes dificuldades em preservar-se e regenerar-se, de forma digna, com a descapitalização estrutural dos serviços públicos de Saúde, Educação, Habitação e Transportes.

Este é o resultado do plano neoliberal que os sucessivos Governos PS e PSD/CDS-PP, acriticamente subordinados às diretivas da UE, nos têm imposto: economia dependen-

te, sem visão de futuro, composta de sectores de baixo valor acrescentado e mão-de-obra barata, em processo de mercantilização completa dos poucos direitos sociais que nos restam. A Geringonça alimentou muitas expectativas, mas nada resolveu.

O contínuo desinvestimento público não é inocente e tem o propósito de nos empurrar para os braços dos interesses privados. Para os senhores dos mercados, representados pela direita, extrema-direita e liberais, os lucros estão acima das nossas vidas, pelo que os serviços públicos têm de ser transformados num negócio. O Governo PS regista

um aumento de 30% da receita fiscal até Junho de 2022, face ao mesmo período do ano passado, mais €5,3 mil milhões, mas os problemas de desinvestimento nos serviços públicos não têm fim. A crise no SNS é apenas mais uma manifestação do desinvestimento crónico. A destruição é de tal ordem que chegámos ao ponto em que o nosso SNS não consegue garantir os escassos 220 nascimentos, por dia, que se registam em Portugal.

A ganância dos poderosos é insaciável e é tempo de lhe colocar um fim. Os grandes grupos económicos monopolistas, com poder para de-

terminar margens, preços e lucros, característica inerente ao capitalismo maduro, têm de ser limitados pela intervenção do poder público, quer seja pelo controlo de preços, quer seja pela propriedade pública de setores essenciais.

Tabelar os preços dos combustíveis e bens essenciais, investir nos serviços públicos e aumentar salários e pensões é uma urgência social. É tempo de a esquerda parlamentar e centrais sindicais voltarem às ruas, numa mobilização nacional.

## Política de António Costa e Iniciativa Liberal não serve para controlar os preços dos combustíveis

A IL garantiu que a descida dos impostos sobre os combustíveis seria suficiente para controlar o aumento galopante dos preços dos combustíveis e António Costa seguiu-lhes a cartilha. Todos sabíamos que baixando impostos, mas deixando as margens de lucro à solta, não seria suficiente para controlar os preços dos combustíveis. Entre 29/Abril, dia anterior à descida de impostos, e o dia 05/Agosto, a margem de lucro passou de 12,6 cênt para 36 cênt/litro.

A IL e António Costa conseguiram cumprir o seu objectivo: sal-

vaguardar os lucros das petrolíferas à custa dos rendimentos de quem trabalha. O lucro das petrolíferas disparou entre 100% e 600%<sup>1</sup>. O lucro da Galp cresceu 500% para 155 milhões, no primeiro trimestre de 2022.

### QUEREMOS:

**TABELAMENTO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS.**

**CONTROLO PÚBLICO DO SETOR ENERGÉTICO.**



**O LUCRO DA GALP CRESCEU**

**500%**



## O direito à habitação não pode ser um negócio

Em Portugal, desde 2010, as rendas subiram cerca de 25%, enquanto os preços das casas aumentaram 65%. Só no ano de 2021, as rendas subiram 8,3% face ao ano anterior. Os valores da habitação são incomportáveis para os baixos salários que recebemos. Entretanto, para tentar controlar a inflação, o BCE já anunciou a subida das taxas de juro o que fará aumentar as prestações do crédito à habitação, reduzindo o rendimento das famílias. Este é o resultado da especulação imobiliária desenfreada e da liberalização do mercado de arrendamento que o Governo PS insiste em não colocar qualquer travão. O Governo PS e a

IL estão preocupados em valorizar imóveis, beneficiando os grandes fundos de investimento. Nós estamos preocupados em valorizar as nossas vidas.

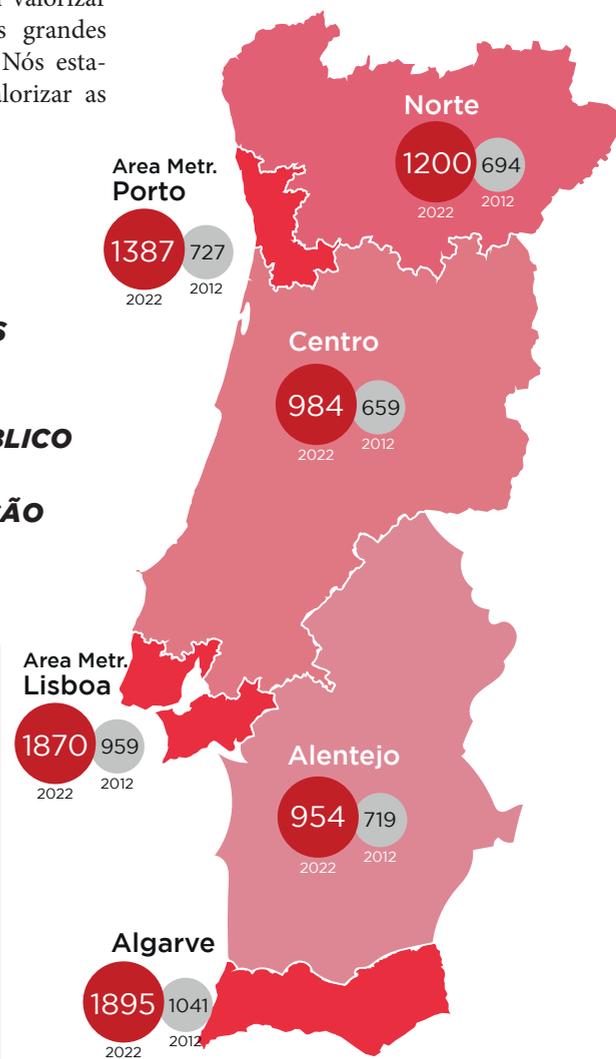
### QUEREMOS:

**TABELAMENTO DAS RENDAS EM 30% DO SALÁRIO.**

**INVESTIMENTO PÚBLICO NA HABITAÇÃO.**

**FIM DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.**

### Variação do preço do m<sup>2</sup>



## Aumento dos preços destrói salários e pensões

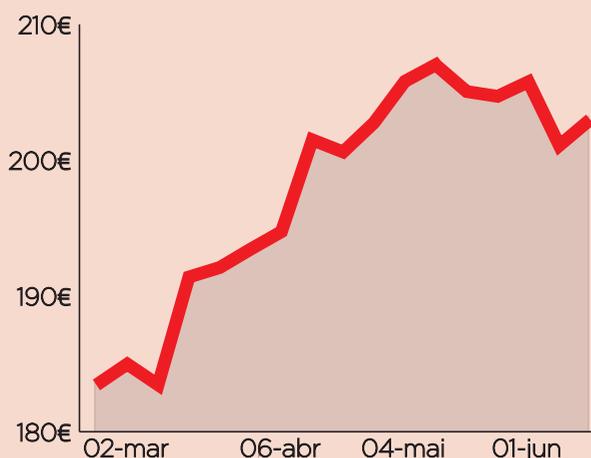
Segundo a Deco, o preço de um cabaz de produtos essenciais já aumentou cerca de 13%, entre Fevereiro e Agosto. A invasão russa da Ucrânia parece ser justificação para tudo, mas a realidade é que o aumento dos preços já se fazia sentir antes da guerra. Grandes grupos empresariais procuram recuperar os lucros que não realizaram durante a pandemia através do aumento especulativo dos preços. A isto acresce uma desmesurada carga fiscal.

### QUEREMOS:

**TABELAMENTO DOS PREÇOS DOS BENS ESSENCIAIS.**

**DIMINUIÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE O TRABALHO E CONSUMO.**

**AUMENTO IMEDIATO DOS SALÁRIOS E PENSÕES.**



O preço de um cabaz de produtos essenciais já aumentou cerca de 11%, entre Fevereiro e Julho.

Na média nacional, o preço do m<sup>2</sup> aumentou 78%, de 791 €/m<sup>2</sup> em 2012, para 1407 em 2022.

## Call-centers

# Sindicalismo combativo e democrático conquista aumento de salários

NUNO GERALDES

STCC - Tás Logado?

O sindicalismo nos call centers tem ainda uma realidade muito difícil e trabalhosa pela frente, pois na esmagadora maioria das empresas não existe qualquer experiência de organização e de luta, a rotatividade de pessoas é permanente e ainda se soma o facto de a maior parte do sector estar em teletrabalho, isolando os trabalhadores e dificultando a sua organização e coordenação. Não obstante esta realidade, tem-se feito progressos e o sector, além de ser enorme, tem o potencial para parar o país pois grande parte dos serviços e infraestruturas depende do trabalho destes profissionais. Algumas lutas recentes mostram que, com trabalho duro e insistência, se consegue não só defender das constantes ofensivas patronais, como lutar ofensivamente para conquistar salários e direitos.

Recentemente, em Julho, num projeto multilingue, com cerca de 1.000 trabalhadores, na multinacional Concentrix, em Braga e Porto, o Sindicato de Trabalhadores de Call Center (STCC) ajudou a mobilizar os trabalhadores que acorreram aos plenários de forma massiva e que culminou na preparação de uma greve. Conseguiu-se (i) o aumento do número de faltas justificadas por motivo de assistência à família, sem impacto nos prémios; (ii) a retirada de “problemas técnicos” ou chamadas sem interação com o cliente como motivo suficiente de avaliações negativas; (iii) a redução da percentagem mínima de satisfação do cliente, permitindo aos trabalhadores poderem atingir um bónus mínimo de €55/mês; (iv) a garantia escrita de revisão e atualização do valor do salário base no 3º trimestre do ano, entre outras conquistas. Além disso, conseguiu-se a reintegração de um delegado sindical do STCC, que foi alvo de um processo torpe de perseguição sindical. Estes trabalhadores já tinham tido uma importante vitória, no final de 2021, com um aumento geral no salário base de 100€, também fruto da sua mobilização e combatividade.

O sindicalismo tradicional ignorou, durante anos, este sector dividindo-o pelos sindicatos de cada sector económico, ignorando as características comuns dos trabalhadores de call center, preferindo sempre organizar trabalhadores efetivos do que organizar uma massa crescente de precários terceirizados.

O Sindicato de Trabalhadores de Call Center (STCC) surge precisamente em resposta à inoperância do sindicalismo tradicional, promovendo e praticando um sindicalismo combativo, assente na decisão democrática dos trabalhadores sobre as suas reivindicações e lutas, ajudando-os a organizar-se e a mobilizar-se para conseguirem melhorias nas suas vidas.

O STCC foi fundado em 2014 e surge como o primeiro sindicato representativo de todo o sector. São mais de 103.000 trabalhadores, em Portugal, a sua maioria em regime de outsourcing e com contratos precários. Desde o início que o STCC se tem pautado por um sindicalismo independente do Governo, dos patrões e dos sindicatos tradicionais. Não obstante, promove e faz unidades com outros sindicatos, sempre em torno de fortalecer as reivindicações e lutas concretas dos trabalhadores. Neste momento, desenvolve uma campanha com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV), por aumento de salários e um acordo coletivo para o sector, e outra com o Sindicato dos Trabalhadores do Grupo Altice em Portugal (STPT) para que os trabalhadores dos call centers da Altice sejam abrangidos pelo acordo coletivo da empresa.

Exemplos como os descritos demonstram que apesar de ser uma tarefa muito difícil organizar o sector, quando o sindicalismo se mobiliza democrática e combativamente, com e pelos trabalhadores, pode conseguir conquistar melhores salários e condições de trabalho.



O S.T.O.P. - Sindicato de todos os profissionais de educação tem sido dos sindicatos mais combativos do setor

## Ensino

# Novo ano lectivo, velhos problemas

ANDRÉ PESTANA

S.T.O.P. - Sindicato de Todos os Profissionais de Educação

O ano letivo 2022/2023 iniciar-se-á com os que se arrastam há demasiado tempo, agravados agora pelo brutal aumento do custo de vida. Por exemplo, uma avaliação profundamente injusta e com base em quotas, o roubo do tempo de serviço docente, a gestão escolar não-democrática, a passagem involuntária da Caixa Geral de Aposentações para a Segurança Social, a precariedade generalizada, problemas que lesam os profissionais da educação (PE), pessoal docente e não-docente. Os baixos salários dos últimos anos são, agora, ainda mais desvalorizados pela inflação, o que ajuda a explicar o deteriorar das condições de trabalho de todos os PE e, consequentemente, os milhares de alunos sem professor a uma ou mais disciplinas (ou cada vez mais com “professores” sem formação pedagógica), assim como a falta crónica de pessoal não docente.

A este conjunto de graves problemas e outros, o sindicalismo tradicional responde com a receita do costume: i) pouca ou nenhuma democracia de base, marcando plenários quando já não há mobilização, culpabilizando depois os PE por, supostamente, não se quererem mobilizar pela resolução dos seus problemas; e ii) o recurso aos métodos de luta rituais, de “pára, arranca”, de 3 em 3 meses, definidos pelos dirigentes dos sindicatos majoritários da CGTP, subordinados à agenda política de apoio ou crítica do PCP/BE ao Governo PS de turno.

A partir de 2018, com o surgimento do S.T.O.P., sindicato combativo e independente dos partidos do poder, que já demonstrou que quem decide as lutas é quem trabalha nas escolas, cada vez mais, os PE constatam que, ao contrário do que lhes é dito pelo sindicalismo tradicional, em determinados momentos quando há mobilização, é possível dinamizar lutas fortes e inovadoras (ex: greve às avaliações, em 2018) e até é possível ganhar (ex: luta/greve contra o amianto escolar, em 2019).

O que a história nos demonstra é que independentemente dos partidos no poder só com grandes mobilizações sociais é que poderemos impedir a total desvalorização dos serviços públicos e dos seus trabalhadores. Se não nos mobilizarmos, de forma democrática e combativa, não serão os partidos que compuseram e/ou apoiaram os últimos Governos PS ou PSD/CDS-PP que nos irão proteger das políticas neoliberais e muito menos os partidos de direita ou de extrema direita que, apesar da sua aparente narrativa “antissistema”, essencialmente querem aprofundar ainda mais os ataques a quem trabalha para beneficiar os grandes grupos económicos.

É fundamental a união do maior número de trabalhadores, da Educação e não só. numa luta combativa decidida democraticamente, nomeadamente, pelo aumento significativo dos salários, em particular dos mais baixos, pela democracia/qualidade na Escola Pública e por uma avaliação sem quotas.

# Ódio impresso

## *Fim à transfobia*

**BRUNO CANCELINHA**

Movimento Alternativa Socialista

O mês do orgulho já acabou e, como parte do ritual, rapidamente as empresas retiraram os arco-íris dos seus logótipos nas redes sociais. A empresa que mais destaque teve este ano foi a Fox, que, em conjunto com a ILGA, lançou uma campanha de publicidade com diversas definições sobre a comunidade LGBTQIA+. Claro que o objetivo desta campanha — como de todas as campanhas de publicidade — é apenas vender a sua marca friendly à comunidade LGBTQIA+; informar é apenas um efeito secundário. Ainda assim, esta campanha, deixou enraivecidos vários colunistas de jornais, que se lançaram num ataque à comunidade LGBTQIA+, em especial às pessoas trans e não-binárias.

Começou com Ricardo Araújo Pereira que, ironizando a definição de Gay usada pela Fox, criou uma confusão entre género e sexo. Aproveitando a confusão lançada, vários ideólogos da direita atiraram-se como cães a um osso. O outro Gato Fedorento, José Diogo Quintela, foi bastante direto na sua transfobia: “uma mulher trans não é uma mulher. Da mesma forma que leite de soja não é leite”. E claro Henrique Raposo, que não consegue estar 10 minutos sem escrever um artigo reacionário, juntou-se à festa de ódio com mais uma explicação conturbada sobre como o movimento trans é homofóbico.

Infelizmente, não é só a imprensa burguesa que rotineiramente decide perseguir a população trans. Também o estalinismo repete exatamente os mesmos argumentos ditos pelos conservadores de direita.

Mais do que demonstrar a sua habilidade para erguer espantalhos, estes “artigos de opinião” atacam uma comunidade já perseguida. Em primeiro lugar, colocar a existência das pessoas trans como uma mera “opinião” coloca-as numa posição ingrata: têm de demonstrar que a sua existência é válida para alguém que dificilmente vai dar valor aos seus argumentos.

Muitos destes “opinion makers” tentam maquilhar a sua intolerância como ciência, apelando à biologia para definir o que é “realmente” uma mulher e um homem. Para isso, rebaixam o seu nível de conhecimento de biologia ao de uma criança de 5 anos. Ignoram a existência de pessoas intersexo que têm cromossomas que diferem do XX e do XY, ou que nascem com ambos os órgãos genitais e, fundamentalmente, ignoram que o género é mais do que os órgãos sexuais de alguém.

No caso do estalinismo, elevam a sua transfobia ao nível da teoria, mas aquilo que defendem está longe do marxismo. Dizem que as pessoas trans são reflexo de uma “ideologia idealista”. Ignoram assim a ferramenta histórica que Marx e Engels nos deixaram — o materialismo dialético — para analisar as sociedades e como mudam ao longo da história. Ignoram a existência de outras culturas com mais de dois géneros ou como a cis-generidade foi imposta às populações colonizadas.

Estes artigos de opinião, especialmente vindos da direita, usam uma população marginalizada pela maioria da sociedade para poder lançar o seu ataque a toda a classe



trabalhadora. Abrem polémicas monstruosas e caricaturaram a esquerda para seu próprio proveito. Mas a violência contra a população LGBTQIA+ é estrutural, e é nisso que devemos centrar. Na saúde, por exemplo, a falta de investimento no SNS leva a um funcionamento altamente discriminatório e em que cuidados de saúde críticos são inexistentes.

Não só a propriedade privada está na origem da “família tradicional” e, conseqüentemente, da cis-generidade e da heterossexualidade, como forma de garantir o domínio masculino da sua descendência e, assim, permitir o controlo, também

ele masculino, da sua acumulação primitiva de capital, como o próprio capitalismo ainda hoje beneficia de ter a população LGBTQIA+ oprimida.

Dentro do capitalismo, a opressão cumpre dois papéis importantes. Por um lado, divide a classe trabalhadora entre si, enfraquecendo-a no processo; por outro, garante que é mais fácil explorar um setor da sociedade. Por exemplo, muitas pessoas são despejadas das suas casas por pais e colegas de casa lgbt-fóbicos, estas pessoas estão à mercê de qualquer trabalho que arranjem, por mais mal pago que seja, para poderem ter um teto. A população

trans é ainda mais oprimida, tendo vários entraves a arranjar trabalho; muitas são empurradas para a marginalidade e para a prostituição.

Não podemos continuar calados perante a violência contra a comunidade LGBTQIA+ que afeta, indiretamente, toda a classe trabalhadora. Urge construir uma corrente anti-capitalista em defesa da comunidade LGBTQIA+. O MAS está empenhado em contribuir para erguer essa alternativa, pois sem revolução social não existem garantias de defesa dos mais oprimidos e perseguidos. Junta-te ao MAS nesta luta.

## A resitência LGBTQIA+ é anticapitalista

### Habitação

Fruto da especulação imobiliária, muitos de nós estamos hoje a ser empurrados para zonas cada vez mais periféricas das cidades. Enquanto nós contamos as moedas que nos sobram depois de pagar a renda, muitos contam os lucros de um mercado completamente inflacionado. A situação é especialmente insustentável quando muitos de nós são expulsos das suas próprias casas por pais ou colegas de casa lgbt-fóbicos. É urgente colocar um fim à especulação imobiliária e exigir o tabelamento das rendas.

### Saúde

O nosso serviço nacional de saúde tem sido alvo de privatizações e cortes quase desde a sua criação e hoje encontra-se mais precário do que alguma vez na sua história. Neste estado, o SNS não consegue dar resposta às pessoas. Falha em serviços essenciais como a psicologia. Para além disso, o SNS tem um funcionamento estruturalmente cis-heteronormativo; que vê as pessoas queer, na melhor das hipóteses, como objetos de estudo e não como pessoas que precisam de resposta. Faz falta mais investimento no SNS e a formação de mais profissionais.

### Educação

Mas não é só o SNS a sofrer de desinvestimento crónico. Este é um traço comum a todos os serviços públicos, como a educação. Para além de subinvestida, a nossa educação ainda se centra numa visão colonialista, machista e cis-heteronormativa. A educação sexual, em especial, fala de pessoas LGBT como uma nota de rodapé, e deixa os nossos jovens à deriva, com profundas dúvidas sobre quem realmente são. É urgente mais investimento na educação, por uma educação inclusiva.

# Instabilidade no seio das principais potências mundiais

A invasão russa da Ucrânia e as subsequentes sanções ocidentais sobre a Rússia ajudaram a alimentar a espiral inflacionista que já se fazia sentir com a especulação pós-pandemia dos grandes grupos económicos mundiais.

É curioso que, ao mesmo tempo que as instituições internacionais como a UE e a NATO se parecem reforçar política e militarmente, os governos nacionais das principais potências mundiais sofrem um repentino desgaste. Em França, o recém-eleito Macron perdeu, em Junho, a maioria absoluta no parlamento e assiste a uma polarização e radicalização crescente da sociedade francesa. O Governo Boris Johnson caiu, em Julho, após ter perdido a sua própria base de apoio no interior do partido conservador. Desenrola-se uma disputa intestina para escolher quem o poderá substituir, sendo que não existe nenhum candidato ou candidata que reúna um consenso alargado no interior dos conservadores. Em Itália, Mario Draghi perde o controlo sobre a “unidade nacional” parlamentar que sustentava o seu mandato tecnocrata e demite-se, também em Julho, conduzindo o país para eleições legislativas, a 25 de Setembro, das quais poderá, com grande probabilidade, dar origem a um governo de direita, chefiado pelos neo-fascistas Fratelli d'Italia. Na Alemanha, potência muito dependente do gás e matérias-primas russas, a falta de uma visão estratégica para a crise e as hesitações daí subsequentes, precisamente no momento em que o conflito se agrava, têm conduzido a um forte desgaste



Boris Johnson, Primeiro Ministro do Reino Unido, demitiu-se a 7 de Julho, depois de vários escândalos e demissões em massa dentro do seu governo.

do Governo Olaf Scholz. Biden, nos EUA, não é excepção, enfrentando um elevado índice de reprovação por conta da inflação, a apenas 2 meses das “midterm elections”.

A crise de poder da classe dominante é real e, sem solução para a crise capitalista, terá tendência a aprofundar-se. O que está em disputa, entre liberais e conservadores, é a forma de nos fazerem pagar, a nós, juventude e trabalhadores, pela sua própria crise. A esquerda terá a responsabilidade de se mobilizar contra qualquer um dos planos de empobrecimento que nos queiram impor.

## Europa

### Recessão à vista?

Os governos europeus, se estivessem interessados em defender os interesses do conjunto da juventude, trabalhadores e pequenos empresários, tabelavam os preços da energia e bens essenciais. Isso ameaçaria os lucros dos grandes grupos económicos e petrolíferas, mas permitia controlar, directa e imediatamente, a inflação.

Como os lucros dos oligopólios empresariais são sagrados,

os governos europeus optam por aumentar as taxas de juro, desvalorizando ainda mais os nossos salários e contribuindo para uma possível recessão, como forma de controlar, indirecta e indefinidamente, a inflação.

Pelo caminho e mesmo sabendo que não existe qualquer base científica que o sustente, ainda nos querem convencer que os necessários aumentos salariais apenas

servirão para alimentar a inflação.

Entre a opção de tabelar preços para controlar a inflação e proteger salários e a opção de limitar salários, aumentar juros e proteger lucros, desencadeando uma possível nova recessão, a clique dominante nem pestaneja: venha de lá essa recessão!



## Sri-Lanka

### Sem poder democrático e popular, o velho regime volta a recompor-se

No passado dia 9 de Julho, após 3 meses de greves e manifestações massivas, uma gigantesca manifestação com centenas de milhares de pessoas, vindas de todo o país, convocadas pelos sindicatos, organizações camponesas e estudantes, tomou a residência presidencial e incendiou a residência do primeiro-ministro do Sri Lanka.

Este é mais um dos efeitos da crise capitalista internacional que aumentou o preço dos alimentos e dos combustíveis. O Sri Lanka, país dependente, tradicionalmen-

te ligado à produção e exportação de chá, coco, óleo de coco e arroz, convertido, por empresas multinacionais, nos últimos vinte anos, num grande exportador têxtil, com mão-de-obra baratíssima, deixou de conseguir pagar a sua dívida externa. O Estado ficou sem divisas, fazendo com que, nos últimos meses, não tenha como comprar combustíveis, nem outros produtos importados. Os transportes públicos pararam de funcionar, cortou-se a eletricidade e o gás e há carência de medicamentos

básicos. Muitos trabalhadores foram despedidos ou suspensos, sem salário.

A rebelião e deposição do poder vigente no Sri Lanka foi um passo decisivo. No entanto, parece ser insuficiente. Sem uma organização política, com um programa anti-capitalista que procure colocar a economia ao serviço da satisfação das necessidades do povo, o regime que acaba de ser deposto volta a recompor-se, com novas figuras.



*Putin fora da Ucrânia. Não à NATO.*

# Pelo direito à autodeterminação do povo ucraniano

A situação política internacional vai sendo marcada pela escalada da disputa entre as potências imperialistas em decadência e os seus concorrentes directos, nomeadamente a Rússia e a China, assim como pela instabilidade que daí advém.

A invasão russa da Ucrânia configura uma guerra preventiva de opressão nacional que poderá antever um possível, embora de momento improvável, conflito directo entre as potências que disputam a hegemonia mundial. A mentalidade de crescente militarização está instalada, na Europa e no mundo.

O G7 (EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Japão e Canadá), reunido entre os dias 26 e 28 de Junho, apontou a mira à China. Os EUA, sobretudo depois da crise de 2008, têm vindo a “acusar a China de favorecer as empresas chinesas, em detrimento das empresas estrangeiras, ou de transferência forçada de tecnologia”. No entanto, este tipo de acusações é uma novidade da parte da Alemanha, que tem a China como maior parceiro comercial.

Ao mesmo tempo, a NATO, reunida em Madrid, também no final de Junho, consegue a concordância da Turquia para o alargamento da aliança militar à Suécia e Finlândia. Suécia e Finlândia, considerados exemplos do desenvolvimento e da superioridade moral europeia, trocaram, com facilidade, a solidariedade com a oposição aos regimes autoritários de Erdogan e Bashar Al-Assad pela sua entrada na NATO. Qual a solidez da solidariedade com o povo ucraniano, oprimido por Putin, quando se transaciona tão facilmente a suposta solidariedade com os povos oprimidos por Erdogan e Bashar Al-Assad? Nenhuma. Também a Suécia e Finlândia se guiam, obviamente, pela defesa dos interesses das suas próprias classes dominantes.

Mas não é tudo: no seu documento estratégico para a próxima década, a NATO identifica a Rússia como a mais séria ameaça à sua segurança e aponta, em consonância com o G7, todos sob a alçada dos EUA, a mira à China, afirmando que esta “declarou ambições e políticas coercivas”, ameaçando os “interesses, segurança e valores” dos aliados.

No seguimento da identificação

dos inimigos estratégicos, a NATO volta a insistir para que todos os membros reforcem os seus orçamentos de guerra até 2024, numa referência directa aos inevitáveis cortes que terão de existir na educação ou saúde.

De momento, a China responde defensivamente, afirmando que a NATO devia “desistir da mentalidade da Guerra Fria, dos jogos de ‘tudo ou nada’ e da prática de criar inimigos”. A Aliança “não devia tentar transtornar a Ásia e o mundo inteiro depois de perturbar a Europa”, enquanto denunciou os membros da NATO de “criar tensão e provocar conflitos” ao enviar navios de guerra e aeronaves para áreas próximas do continente asiático e do Mar do Sul da China.

Enquanto a China, dentro da divisão internacional do trabalho, através da sua mão-de-obra abundante e barata, representou um contributo fundamental à acumulação de lucro dos mais variados grupos económicos ocidentais, a deslocalização produtiva fez-se sem rédeas. O problema está no facto de esta divisão internacional do trabalho ter significado, simultaneamente, um

acúmulo de capacidade produtiva, tecnológica e de capitais na China, ameaçando a hegemonia ocidental. Não conseguindo avançar na penetração e controlo económico e político da China, as potências imperialistas ocidentais definem, agora,



*A invasão russa da Ucrânia configura uma guerra preventiva de opressão nacional. A mentalidade de crescente militarização está instalada, na Europa e no mundo.*

como estratégia conjunta: “fomentar a diversificação e a resistência à coerção económica, e reduzir as dependências estratégicas” em relação à China. Portanto, quem não se submete ao poder hegemónico das potências ocidentais é condenado ao isolamento.

Vai ficando evidente que a disputa mundial se dá entre a grande potência em decadência, os EUA, que procura alargar rapidamente as suas áreas de influência, nomeadamente, no Leste e Norte europeu, arrastando todos os seus aliados em função da sua estratégia de manutenção do domínio global, e a China, a maior potência concorrente, com um desenvolvimento económico descomunal, nos últimos 40 anos.

Só a mobilização solidária dos povos poderá colocar um fim à guerra. Não à guerra. Putin fora da Ucrânia. Não à NATO. Não ao aumento dos gastos militares. Ajuda à Ucrânia sem condições. Fim de todos os blocos militares. Toda a solidariedade com a resistência do povo ucraniano. Pela defesa do seu direito à soberania e autodeterminação.

# Da Ucrânia a Taiwan: urge travar as aspirações imperialistas

**A política vai cedendo espaço à guerra.  
G7 e NATO sinalizam a China como seu principal inimigo.  
A disputa política por Taiwan já começou.  
Os povos terão de se levantar contra os seus governos e a sua política de guerra.**

**O**s 7 meses de invasão russa da Ucrânia trouxeram importantes e contraditórias alterações à situação política mundial.

No plano económico, as sanções ocidentais procuram desgastar e isolar a economia russa, mas não sem um preço. O processo tem implicado o aprofundar da espiral inflacionista e a, conseqüente, desvalorização salarial mundial que já se faziam sentir com a especulação pós-pandemia dos grandes grupos económicos mundiais. Além de que o conflito não ajudou a restaurar as cadeias de abastecimento mundial, contribuindo como mais uma justificação para o galopar dos preços.

No final de Julho foi alcançado um acordo de 120 dias, entre a Rússia e a Ucrânia, mediado pela Turquia e ONU, para escoar alimentos da Ucrânia, ajudando a refrear momentaneamente os preços mundiais. Com este acordo, a Rússia conseguiu que as suas exportações de fertilizantes e produtos alimentares escapem às sanções, acabando por retirar vantagem dos altos preços dos cereais nos mercados mundiais para realizar mais-valias. No entanto, Botond Szalma, presidente executivo da Federação das Associações Nacionais de Corretores e Agentes Navais londrina deixa o aviso: “o consumidor final não será o grande favorecido pelo desbloqueio. Além de as taxas de

expedição serem extremamente altas, o seguro para zonas de guerra também é [...]. Alguns dos ‘players’ ganham muito – os comerciantes de petróleo, as companhias de navegação e os portos –, mas a maioria – os clientes – perde com isso”.

A matriz energética das potências ocidentais está em revisão, mas isso não significa que se torne ambientalmente sustentável. As primeiras medidas foram no sentido de trocar de fornecedores para substituir a Rússia e de começar a reduzir o consumo de gás, não vá Putin fechar a torneira sem avisar. A Administração Biden subsidiará investimentos verdes, que de verdes terão muito pouco, mas não sem garantir à indústria petrolífera americana “2 milhões de hectares de terras públicas e 60 milhões de hectares de área marítima para a prospeção de combustíveis fósseis”, por ano, nos próximos dez anos.

Como não poderia deixar de ser, no plano político, a situação não é menos contraditória e turbulenta. Como já foi referido nesta edição, ao mesmo tempo que as instituições internacionais, como a UE e a NATO, se reforçam, política e militarmente, os governos nacionais das principais potências mundiais sofrem um repentino desgaste, a começar pelos EUA, mas sem perder de vista a Alemanha, França, Reino Unido e Itália.

Entretanto, a invasão russa da Ucrânia banalizou-se e a inflação vai-nos comendo cada vez mais salário, serviços públicos e condições de vida. O descontentamento é latente e a polarização política avança. A crise de poder das classes dominantes aprofunda-se. E como refere Manuel Loff, “a extrema-direita avança tanto mais quanto menos esquerda a sério houver para se lhe opor”. Não foram as ligações a Putin que serviram para desgastar a extrema-direita nacionalista e autoritária, assim como não serão Biden, nem Macron, nem Scholz, nem Draghi que o irão fazer. Estes bem procuram, desesperadamente, distribuir benefícios, através dos PRR, “Inflation Reduction Act” ou medidas pontuais para criar a ilusão de que algo está a ser feito. No entanto, tais medidas só deixam mais evidente a falência total da política neoliberal destes senhores, abrindo espaço ao crescimento da extrema-direita.

A política vai cedendo espaço à guerra. G7 e NATO sinalizam a China como seu principal inimigo. A disputa política por Taiwan já começou. A escada militar a nível mundial é uma realidade. Os povos terão de se levantar contra os seus governos e a sua política de guerra ou continuarão a ser trucidados em guerras que lhes são completamente alheias.

## EM RESUMO

As sanções ocidentais procuram desgastar e isolar a economia russa, mas têm implicado o aprofundar da espiral inflacionista e a desvalorização salarial mundial que já se faziam sentir com a especulação pós-pandemia dos grandes grupos económicos mundiais.

Ao mesmo tempo que as instituições internacionais, como a UE e a NATO, se reforçam, política e militarmente, os governos nacionais das principais potências mundiais sofrem um repentino desgaste, a começar pelos EUA, mas sem perder de vista a Alemanha, França, Reino Unido e Itália.

A matriz energética das potências ocidentais está em revisão, mas isso não significa que se torne ambientalmente sustentável.

“*Alguns dos ‘players’ ganham muito – os comerciantes de petróleo, as companhias de navegação e os portos –, mas a maioria – os clientes – perde com isso*”

**Botond Szalma**  
Presidente executivo da Federação das Associações Nacionais de Corretores e Agentes Navais